

O DESVELAMENTO DO *LEBENSWELT*
A PARTIR DA EXPERIÊNCIA ANTEPREDICATIVA HUSSERLIANA

EL DESVELAMIENTO DEL *LEBENSWELT* A PARTIR DE
LA EXPERIENCIA ANTEPREDICATIVA HUSSERLIANA

THE DISCLOSURE OF THE *LEBENSWELT* FROM THE POINT OF
VIEW OF THE HUSSERLIAN ANTI-PREDICATIVE EXPERIENCE

Josiana Hadlich de Oliveira
Universidade Federal de Santa Maria
E-mail: josianah.deoliveira@gmail.com

Natal (RN), v. 21, n. 35
Janeiro/Junho de 2014, p. 329-350

Princípios
Revista de filosofia

E-ISSN: 1983-2109

Resumo: É em *Experiência e Juízo* que Husserl trabalhará com a validação judicativa do dado apoiada no âmbito originário. Além da passividade, a atividade da consciência tem como terreno absoluto o mundo pré-dado na antepredicatividade. É na experiência antepredicativa, cuja dadidade passiva ocorre, que esbarramos na relatividade das situações em que os sujeitos estão inseridos. E é por isso que este artigo tem a pretensão de mostrar como Husserl apresenta o *Lebenswelt* como fundamento de juízos predicativos, que se formulam com evidência, baseados nos evidentes dados do mundo anterior à predicação. Assim, experiência antepredicativa remete ao mundo vital, no qual é proporcionado o estar-dado de todos os objetos possíveis de serem alvo de juízos. Esta experiência permite que possamos ver e conhecer as coisas a partir da presença e do contato corporal intrínseco com os dados concretos dessa unidade denominada “mundo”.

Palavras-chave: consciência; experiência antepredicativa; *Lebenswelt*; pré-dado; subjetividade transcendental.

Resumen: Es en *Experiencia y Juicio* que Husserl trabajará con la validación judicativa de lo dado apoyada en el ámbito originario. Más allá de la pasividad, la actividad de la conciencia tiene como terreno absoluto el mundo pre-dado en la antepredicatividad. Es en la experiencia antepredicativa, cuya donación pasiva ocurre, que chocamos con la relatividad de las situaciones en que los sujetos están inscriptos. Y es por eso que este artículo tiene la pretensión de mostrar con Husserl presenta el *Lebenswelt* como fundamento de juicios predicativos, que se formulan con evidencia, basados en los evidentes datos del mundo anterior a la predicación. Así, experiencia antepredicativa remite al mundo vital, en el cual es proporcionado el estar-dado de todos los objetos posibles de ser alvo de juicios. Esta experiencia permite que podamos ver y conocer las cosas a partir de la presencia y del contacto corporal intrínseco con los datos concretos de esa unidad denominada “mundo”.

Palabras clave: conciencia, experiencia ante-predicativa, *Lebenswelt*, pre-dado, subjetividad trascendental

Abstract: Is in *Experience and Judgment* that Husserl will work with the judicial validation of data supported in ordinary ambit. Besides passivity, the activity of consciousness has as absolute ground the pre-given world in antepredicativity. It is in antepredicative experience, whose passive pre-given occurs, which we bumped in the relativity of situations in which individuals are inserted. And that's why this article has the pretension of show how Husserl presents the *Lebenswelt* as foundation of predicative judgments, which formulate themselves with evidence, based on clear data of the world prior to predication. So, antepredicative experience refers to the vital world, in which is provided the be-given of all objects possible to be target of judgments. This experience allows us to see and know the things by the presence and intrinsic body contact with the concrete data of that unti called "world."

Keywords: antepredicative experience; conscience; *Lebenswelt*; pre-given; transcendental subjectivity;.

A teoria da experiência antepredicativa em Husserl. A determinação em elaborar uma fundamentação rigorosa à filosofia e que ela servisse de guindaste para todas as demais ciências é a meta do ideal husserliano. Buscando um rigor absoluto, oriundo, sobretudo, de sua formação matemática, Husserl se convence, no início do século XX, que a fundamentação da filosofia exigia, de forma necessária, uma racionalidade dela mesma, uma auto-reflexão que levaria a uma clarificação das coisas mesmas, dando uma consistência racional à própria filosofia. Assim, o rigor absoluto pretendido vai ao encontro daquilo que é suscetível de ser conhecido de modo originário, daquilo que revele sua evidência em seu sentido mais próprio.

O método estratégico para alcançar as evidências apodíticas é formulado por Husserl como *epoché*, isto é, a determinação de uma suspensão provisória no sentido de “colocar entre parênteses” o mundo, suspendendo os juízos relacionados à existência das coisas. Em *Ideias I*, Husserl propõe que o exercício da *epoché* consiste em não fazer considerações acerca da existência das coisas mundanas. O que o filósofo estabelece, desde então, é que o juízo da facticidade do mundo fica em suspenso, de modo que a vivência da “tese do mundo” não deixa de ocorrer embora não seja utilizada e seja mantida “fora de circuito” (Husserl, 2006, § 31). Husserl formula, a partir de sua doutrina do idealismo fenomenológico transcendental, um novo critério de voltar às coisas mesmas como um retorno à consciência pura, isto é, um ego depurado de toda experiência mundana.

Já é sabido que Husserl estabeleceu métodos que se complementam na investigação fenomenológica. Em *Ideias I*, ele apresenta a dependência da constituição do objeto em relação aos atos de consciência numa correlação intuitiva entre “noema” e “noese”. Ademais, em *Ideias II*, ele enfatiza a constituição do mundo por um ego que ultrapassa a si mesmo através de um ato subjetivo que o coloca no horizonte de sua vida histórica. Tal análise dá abertura ao que será chamado de fenomenologia genética. Nela os atos de consciência estão relacionados com a *atenção* do ego que está envolvido pela passividade. Todo ato do eu vai pressupor sínteses que não são somente constituídas pelo ego, mas também por esta passividade do sensível, daquilo que é pré-dado e afeta o eu.

Pode-se dizer que a evidenciação máxima é o resultado visado pelo trabalho da *epoché*. Esta explicita duas diferenciações relevantes para o estudo da fenomenologia, a saber: o mundo exterior transcendente à consciência (ser transcendente) e o dado imanente como presença absoluta, apreendida, constituída intuitivamente. O transcendente é, em Husserl, primeiramente composto de dúvidas, não no sentido cartesiano mas no sentido de busca daquilo que podemos conhecer enquanto essência das próprias coisas, e posteriormente é a “coisa” doada originariamente para a qual a *atenção* é deslocada. Na medida em que há a redução do objeto à consciência não se desfaz a relação sujeito e objeto, revelando sempre a aparição da verdadeira objetividade.

Em sua obra *Experiência e Juízo* (1938), Husserl se ocupa especificamente da experiência enquanto ponto de partida para a teoria do conhecimento e, num certo sentido, também ontologia, definindo experiência como “a evidência objetiva dos objetos individuais” (Husserl, 1970, p. 60) que são os dados em evidência antepredicativamente, ou seja, anterior ao juízo. Por dado deve-se compreender não só os objetos de natureza física mas o próprio homem com aquilo que ele é e faz no mundo visto como horizonte de nossas experiências possíveis e atuais das coisas.

O valorar do dado na experiência antepredicativa. Na obra *Experiência e Juízo*, publicada postumamente, Husserl nos fornece

aparatos esclarecedores de uma teoria acerca da experiência antepredicativa¹ na qual se fundaria toda a possibilidade da aquisição de juízos predicativos evidentes. Claramente nota-se que é anterior aos juízos predicativos toda a evidência primordial dos objetos dados na experiência antepredicativa, pois nela está o originar-se de todo objeto envolvido nas percepções e nos exercícios de passividade e atividade da consciência, bem como, conseqüentemente, nas predicções. E, assim, se manifesta a irreduzibilidade da experiência à predicação, pois se “todo ato de pensar pressupõe objetos previamente dados” (Husserl, 1970, p. 21), é preciso que se tenha uma evidência antepredicativa para que se possa ter juízos evidentes. Portanto, o esclarecimento do surgimento à consciência, num misto de passividade e atividade do eu, através da percepção, de pré-objetos originais é fundamental para compreender como se chega à verdade dos juízos na concepção husserliana. Embora não trataremos da relação entre a genealogia da lógica a partir da experiência antepredicativa, é relevante que se saiba que juízos lógicos evidentes se clarificam à luz da evidência da experiência antepredicativa, que é o núcleo principal para podermos chegar à tese aqui advogada de que não somente objetos físicos e naturais se dão em tal experiência originária, mas sobretudo que nessa experiência, além de condicionar juízos epistêmicos, há o início da experiência concreta do mundo-da-vida (*Lebenswelt*) e da participação das ações do sujeito nesse mundo.

A evidência dos objetos dados, o seu dado prévio, constitui uma evidência experiencial e originária que é o ponto de partida para uma teoria sobre a experiência antepredicativa. Os objetos são pré-

¹A experiência antepredicativa é, para Husserl, a experiência que torna possível a descrição do surgimento à consciência na percepção de pré-objetos originais, pois eles fundam, por sua auto-evidência, a veracidade de juízos e o valor de verdade das sentenças epistêmicas. Assim sendo, a antepredicatividade recebe uma atenção especial na obra *Experiência e Juízo*, numa análise a respeito da relação genealógica dos objetos com essa experiência tão originária, âmbito no qual o objeto teria sua gênese a partir de constituições passivas e ativas.

dados como supostamente existentes num mundo que é o horizonte de todos os termos dos juízos possíveis². Sendo assim,

A pergunta pelo caráter da evidência objetiva é, pois, uma pergunta pelo estar dado evidente dos indivíduos. *E a evidência de objetos individuais constitui o conceito de experiência no sentido mais amplo.* [...] O estar dado evidente de objetos individuais da experiência, é dizer, seu estar dado antepredicativo. (*ibidem*, p. 30)

No mundo, enquanto terreno que constitui o previamente dado, sucede sempre a captação do objeto enquanto tal, não somente como objeto de possíveis juízos, mas como experiência possível no campo da percepção³. Neste campo, o originar-se do objeto é remetido à experiência antepredicativa na qual a percepção tem início como uma doação de um dado existente, um substrato, uma “coisa qualquer” (*etwas*) que é sensível e transcendente à consciência. Na experiência sensível ocorre primeiramente a percepção⁴ do objeto na sua totalidade⁵, estabelecendo uma espécie de coexistência e sucessão das sensações, ou seja, algo físico é dado através dos sentidos enquanto puro objeto individual e

² Cf. Husserl, 1970: §6.

³ Diferentemente das teorias empiristas, na qual a percepção é uma associação que dá origem às ideias abstratas do pensamento, sendo ela a única fonte de conhecimento, e das teorias racionalistas/intelectualistas do conhecimento, onde a percepção é considerada um motivo de desconfiança para o conhecimento por depender da situação de quem percebe, a teoria fenomenológica do conhecimento considera a percepção como originária, ou como vai caracterizar Merleau-Ponty, uma iniciação ao mundo, “o arquétipo do encontro originário”. Assim, vista como peça principal, a percepção se realizará por perfis ou perspectivas, isto é, como já foi dito, nunca podemos perceber de uma só vez o objeto por completo, mas aquilo que dele se mostra ou é dado.

⁴ “A experiência da percepção nos põe em presença do momento em que se constituem para nós as coisas, as verdades, os bens; que a percepção nos dá um *logos em estado nascente*, que ela nos ensina, fora de todo dogmatismo, as verdadeiras condições da própria objetividade” (Merleau-Ponty, 1990, p. 63, grifo meu).

⁵ Cf. Husserl, 1970: §24.

indeterminado. Simples apreensão⁶, como refere-se Husserl, é a base que revelará, durante a descrição sintética, sentidos e objetos na sua originalidade e em auto-evidência. São captados níveis de sensações que tornam possível a associação entre objetos, suas semelhanças, diferenças e igualdades, que estão em doação no campo sensorial⁷. Essas sensações não são aglomerados desordenados de dados perceptivos, pois

Perceber não é experimentar um sem-número de impressões que trariam consigo recordações capazes de completá-las, é ver jorrar de uma constelação de dados um sentido imanente sem o qual nenhum apelo às recordações seria possível. Recordar-se não é trazer ao olhar da consciência um quadro do passado subsistente em si, é enveredar no horizonte do passado e pouco a pouco desenvolver suas perspectivas encaixadas, até que as experiências que ele resume sejam como vividas novamente em seu lugar temporal. *Perceber não é recordar-se.* (Merleau-Ponty, 1972, p. 30 – grifo meu)

Conforme Husserl mostra, uma vez realizada, por meio da síntese de perfis, a constituição antepredicativa partindo de sensações, obtém-se como resultado objetos particulares. Já uma constituição que envolve uma síntese categorial, não parte de sensações, mas, sim, de objetos, tendo como resultado os próprios objetos relacionados em conjunto. Examinada rigorosamente, essa ideia elucida que o âmbito antepredicativo funda o categorial, pois objetos são constituídos a partir de dados particulares. Ora, para corroborar esse pressuposto, Husserl se apoia no conceito de “interesse” perceptivo que, primordialmente involuntário, é capaz de desenvolver, ao longo do processo sintético, visadas diferenciadas do objeto que implicarão novos perfis, ou seja, novos modos de aparecer do mesmo objeto dentro de um horizonte intencional. Com isso, a consciência tem a tendência de voltar-se para um sentido que sintetiza os modos de aparecer de um mesmo

⁶Na simples apreensão, o objeto é o mesmo objeto em diversas aparências, logo é um objeto indeterminado. Quando a consciência está em atividade, está constantemente procurando mais lados do objeto, mais modos de doação do objeto que completem sua totalidade. O objeto é sempre descrito como unidade, como um todo.

⁷ Cf. Husserl, 1970, §21.

objeto, constituindo, numa síntese de perfis⁸, o objeto com definição. Nesse processo, que envolve a passividade e atividade⁹ da consciência, a percepção não pode ser entendida como simples interpretação, ou como mostra Moutinho, “ela não pode mesmo ser uma interpretação, pois não há, *não pode haver* nenhum dado prévio, nenhuma premissa sobre a qual o juízo se aplique: a sensação, a impressão vivida, *já pressupõe* a apreensão de um sentido e, portanto, o trabalho da consciência” (Moutinho, 2005, p. 269).

A percepção visa o próprio objeto no mundo, a coisa física da natureza, e não sua correlação puramente intelectual. A percepção assim compreendida deixa de lado o verdadeiro sentido da

⁸ Perceber um objeto não nos permite ver esse objeto de uma só vez, pois todo objeto que se presentifica não se presentifica por inteiro. Há um lado não visto e esse lado não visto do objeto “é apreendido por mim como presente” (Merleau-Ponty, 1990, p. 45), não posso apreendê-lo como representado já que isso implicaria na apreensão de algo que me é dado mentalmente, sem precisar a possibilidade da sua existência atual. Isso não ocorre com o lado não visto do objeto, pois o lado não visto do objeto “está presente a seu modo” (1990, p. 45) e não precisaríamos de uma atividade intelectual para torná-lo presente a nós. O lado não visto pode se tornar visível na medida em que ando em torno do objeto, por exemplo. Merleau-Ponty dirá que se trata de uma *síntese prática* para se obter a percepção da maioria dos perfis do objeto. Ou, em linguagem husserliana, que “a síntese que compõe os objetos percebidos e que afeta em certo sentido os dados perceptivos” (1990, p. 47) é uma “síntese de transição”, ou seja, antecipo o lado não visto do objeto ao poder tocá-lo, fazendo com que o lado não visto se anuncie. Certamente, algo diferente se dá com o cientista que pensa o objeto por inteiro para caracterizá-lo de acordo com a sua ciência. Um matemático, por exemplo, pensa no cubo como uma figura de seis lados. Todas as faces do cubo lhes são dadas no pensamento, todas as faces são representadas.

⁹ Uma distinção entre passividade e atividade da consciência beneficia a clareza das noções de subjetivo e objetivo. O objeto não é meramente subjetivo, visto que seu conteúdo é fundado naquilo que é pré-dado à atividade da consciência. O objeto, porém, também não é meramente objetivo, pois a atividade do eu o constrói intencionalmente quando, no voltar-se para o pré-dado, a consciência o apreende, o explica e o contempla.

intencionalidade vindo abrir a porta para a indiferença entre uma apresentação e uma representação¹⁰, ou seja, a diferença entre o objeto dado perceptivamente em presença e o objeto dado por imagem nos modos de recordação, imaginação ou percepção de um desenho, por exemplo. Existe uma clara distinção entre apresentação (*Darstellung*) e representação (*Vorstellung*), conforme Husserl formula:

A percepção de coisa não presentifica um não-presente, como se fosse uma recordação ou uma imaginação; ela apresenta, apreende um “algo ele mesmo” em sua presença, em carne e osso. Ela o faz em conformidade com seu *sentido próprio*, e dela exigir outra coisa é justamente atentar contra seu sentido. Se, além disso, se trata, como aqui, de percepção de coisa, então é inerente a sua essência ser percepção perfilante; e, correlativamente, é inerente ao sentido de seu objeto intencional, da coisa *enquanto* dada na percepção. (Husserl, 2006, p. 103)

Por isso, o juízo de percepção é o modelo primordial dos juízos em geral. E isso se dá porque todas as construções teóricas têm origem na experiência primordial – a *experiência antepredicativa*. Em consequência, numa interpretação genética¹¹, a teoria do juízo é a teoria do juízo evidente, e, para a formulação de tal teoria,

¹⁰ O termo “representação” pode causar uma certa ambiguidade quando sua utilização está relacionada com o uso da percepção. Representar é usar uma imagem, geralmente mental, para visar através dela um objeto ausente ou não-existente para o qual se recorre a uma possível percepção anterior da consciência. Portanto, perceber não é re-presentação, mas apresentação.

¹¹ Não entendida como uma teoria da significação, a teoria genética do juízo visa o limiar dos juízos evidentes, isto é, antes de ser uma teoria sobre a gênese do juízo, é uma doutrina acerca do julgar. A explicitação da essência do juízo, partindo do sentido do juízo, não coloca em risco ou em dúvida seus conceitos originais e as sínteses predicativas envolvidas na composição de juízos. Dessa forma, a teoria genética do juízo pretende elucidar a essência do juízo analisando a constituição dos seus atributos ou categorias, elementos estes que estão na essência da sua formação. Por oposição à natureza das teorias tradicionais de juízo, a teoria fenomenológica da gênese do juízo predicativo propõe formas sintáticas de composição judicativa.

primeiramente reduzem-se as evidências predicativas às evidências não-predicativas, entendidas como a *experiência*. O juízo é o resultado do julgar antepredicativo, que ocorre, geralmente, sobre as coisas. Por esta razão, os juízos, em sua maioria, visam fatos do mundo.

Quando falamos de juízos evidentes acerca de um dado, nos referimos aos juízos contruídos a partir do objeto pré-dado e seu “estar dado como ‘por si mesmo aqui’” (Husserl, 1970, p. 21), corporalmente aqui¹². Desse modo,

Um objeto como possível substrato de um juízo pode estar dado com evidência sem ser necessariamente objeto de um juízo predicativo. Um juízo predicativo evidente sem seu objeto não é, porém, possível sem que ele mesmo esteja dado com evidência. (Husserl, 1970, p. 22)

A evidência é, com efeito, para Husserl, a maneira singular que o objeto tem de dar-se, maneira na qual o objeto é verdadeiramente presente, dado e visado como ele mesmo é. O sujeito de percepção só pode perceber o mundo, entretanto, sob uma “inadequação”. Aqui surge um tema husserliano: quando percebemos objetos, os percebemos de forma inadequada, numa aparência fechada, finita, isto implica dizer que, assim como em *Ideias I*, vemos “perfis de coisas” ou que temos “percepção de perfis”¹³. Para Husserl, isso significa que cada orientação corresponde a uma maneira da coisa ser vista de modo “inadequado”, pois “*toda* percepção e multiplicidade perceptiva é passível de ampliação e que, portanto, o processo não tem fim” (Husserl, 2006, p. 331 - grifo meu). Moura comenta que a fenomenologia

[...] sempre descrevera a nossa percepção de um objeto espacial como perpetuamente *inadequada*. E essa inadequação era uma necessidade de essência a partir do momento em que o fenomenólogo situava nossa

¹²Além de depender da estrutura geral dos objetos, a constituição da coisa de natureza material depende também dos fatores subjetivos e condicionados. Intuitivamente, as coisas materiais se mostram ao sujeito e estão subordinadas ao seu estado de ânimo, ou melhor, ao seu corpo e à sua sensibilidade.

¹³ Cf. Husserl, 2006: §42.

percepção no entrecruzamento entre o ‘perfil dado’ e um ‘horizonte’ de perfis visados [...] *infinitos*. (Moura, 2001, p. 198 - grifo do autor)

O dado se presentifica, contudo. Este fato nos conduz a uma especificidade do pensamento de Husserl: a evidência do objeto na experiência antepredicativa. Sendo esta experiência uma das fases da cognição¹⁴ onde dão-se as sínteses passivas ou receptivas, logo envolve um pano de fundo que mostra evidentemente os objetos através do recurso à percepção ou à sensibilidade. A constituição de todo juízo predicativo¹⁵ evidente sucede na experiência antepredicativa que fornece, em evidência, os objetos que serão sujeitos de proposições:

A pergunta pelo caráter da evidência objetiva é, por conseguinte, a pergunta pela doação evidente de indivíduos. *E a evidência de objetos individuais constitui o conceito de experiência no sentido mais amplo*. Assim a experiência, no sentido primário e mais preciso se define como referência direta ao individual. Por isso, os *juízos primários em si*, os juízos acerca do individual, são os *juízos de experiência*. O estar-dado [Gegebenheit] evidente de objetos individuais da experiência, é dizer, seu estar dado antepredicativo. Por conseguinte, a evidência experimental seria a evidência originária última buscada por nós. (Husserl, 1970, p. 30)

Como seria, porém, plausível descrever uma experiência tão originária? Husserl não esclarece satisfatoriamente isso, pois em *Experiência e Juízo* o autor não remete a metodologias eficazes para tal descrição. O pequeno esboço que ele enuncia apenas indica como obtemos o mundo puro enquanto mundo de percepção:

[...] para alcançar verdadeiramente as coisas últimas e originárias da experiência antepredicativa *teremos que regressar desde as experiências fundadas até as mais simples e ainda deixar fora de função toda*

¹⁴ A outra fase da cognição seria a experiência predicativa na qual dão-se sínteses ativas ou intencionais. É o terreno do entendimento ou do juízo no seu sentido estrito.

¹⁵ Husserl distingue algumas apreensões perceptivas que ajudam a entender a fundação da esfera predicativa na antepredicativa, a saber: a explicação (*Explikation*) e a contemplação relacional. A primeira explana os predicados simples de um lado e o sujeito de outro. A segunda funda os predicativos que são relativos.

expressão. [...] Assim, aceitamos somente a validade da pura percepção sensível e logo da experiência em geral, contemplamos o *mundo puramente como mundo da percepção*, e abstraímos tudo que nele são dados familiares e determinações que não procedem da conduta puramente perceptiva [...] Obtemos a *natureza pura universal* como terreno de experiência pré-dado em forma passiva, que resulta em um processo consequente da percepção sensível [...] como a natureza pura percebida e percebível por mim. (Husserl, 1970, p. 65-66)

Daí deriva o fato de a evidência ser o princípio dos princípios da fenomenologia¹⁶, pois um julgar predicativo evidente em referência ao mundo só é possível a partir da evidência originária¹⁷ dos dados mundanos, já que

No mundo da nossa experiência a natureza constitui o substrato mais baixo, que serve de fundamento a todos os demais; o-que-é com suas propriedades simples apreensíveis imediatamente enquanto natureza é o que serve de base, como substrato, para todas as demais formas de experiência – *sobre o qual opera nossa valoração e nossa ação* – e o que como algo invariável serve de base, *apesar de toda a flexível relatividade de suas valorações*, [...] precisamente para elaborar algo cada vez diferente com o “material” dado na natureza. (Husserl, 1970, p. 57 – grifo meu)

Como essa experiência é originalmente dadora (*gebend*) e a consciência é doadora de sentido, Husserl parece enfatizar que o interesse do sujeito cognitivo é sempre o objeto na sua totalidade e seus atributos que são apreendidos visando aquilo que se percebe. Isto se passa na passividade do eu caracterizada por uma espécie de receptividade perceptiva. Porém, além disso, a consciência põe-se em atividade e procura o sentido do objeto, buscando revelar suas particularidades.

A composição da experiência antepredicativa: passividade e atividade da consciência. Analisando as vivências, Husserl identifica níveis relacionais entre a consciência do sujeito e o mundo: 1º) passividade – nível caracterizado pelo impacto que o sujeito sofre

¹⁶ Cf. Husserl, 2006, §24.

¹⁷ Cf. Husserl, 1970, p. 22.

pela presentificação (*Vergegenwärtigung*) do mundo; 2º) atividade –nível em que o sujeito procura elaborar o impacto voltando-se para a possibilidade de apreender as características da presença do mundo, sua significação, valoração e o processo de vivência do próprio “eu” dentro disso. No primeiro nível, temos uma passividade originária dos dados da sensibilidade. Há uma pré-datidade passiva na qual, por exemplo, dados sensíveis como cores afetam o sujeito antes mesmo de serem apreendidos enquanto cores de um determinado objeto, cores de coisas concretas. Quanto ao segundo nível, o perceber se torna uma operação de atividade do eu. Essa operação começa numa receptividade do eu em relação aos elementos do campo perceptivo que se dirigem ao eu, atraem-no, iniciando uma intenção do eu no sentido de dar-se¹⁸ ao objeto. Consequentemente, o *cogito* se projeta como uma tendência que parte justamente do ego ao objeto. Tem-se, agora, uma experiência ativa que se desdobra numa experiência explicativa estruturada pelo conceito de *atenção*; conceito que se compreende como essa tendência do eu de voltar-se para o objeto intencional. A consciencialização das sínteses das percepções é uma atividade, como um ato espontâneo da mente, embora não seja mais pura receptividade, como a percepção, mas uma operação criadora.

No campo da percepção, a afetação pelo objeto antecede toda a apreensão do mesmo. O conjunto afetação-apreensão pressupõe desde já a consciência do mundo que se dá num âmbito de passividade e atividade dessa consciência¹⁹. Primeiramente, há uma visada passiva do objeto que afeta e, posteriormente, uma visada ativa daquilo que será apreendido do objeto. Compreende-se, então, que a passividade e a atividade da consciência não ocorrem uma sem a outra, pois é necessária a visada passiva para direcionar a *atenção* a um objeto.

Husserl então mostra que na interpretação de uma unidade entre *atenção* e percepção, o ato perceptivo inicia quando o eu se volta

¹⁸ Cf. Husserl, 1970, p. 90-91.

¹⁹ Os juízos em geral, sejam eles da lógica, da teoria da ciência, são juízos que têm, como vertente, juízos de percepção. Sendo assim, os juízos em geral consistem na passagem da síntese passiva para a síntese ativa.

para o objeto, estando junto deste objeto²⁰. Num horizonte intencional, a *atenção* leva à exigência de apreensão do objeto em seus diferentes modos de aparição, que dependem do ato do sujeito ocupar-se da percepção e constituição do objeto²¹. Por conseguinte, toda visada ativa é uma visada atenta. O conceito de *atenção* torna-se importante não somente nesse contexto fenomenológico, mas também quanto à tarefa de descrição do estatuto de um mundo vital antepredicativo.

A ideia geral, argumenta Husserl, é de que a *atenção*

É uma tendência do eu para o objeto intencionado, para a unidade que continuamente “aparece” na troca de modo do dado; é uma tendência realizadora que pertence à estrutura essencial de um ato específico do eu (de um ato do eu no sentido estrito do termo). (Husserl, 1970, p. 94)

Na *atenção* está contida toda a característica do “voltar-se” ao dado pré-predicativo na tentativa de apreensão de suas determinações desdobradas no campo de percepção. Husserl alude que

Toda orientação apreensiva que detém o dado no fluir da experiência sensível, que se volta a ele com *atenção*, que penetra contemplativamente em suas propriedades, constitui já uma operação, uma atividade cognitiva na camada ínfima, com respeito à qual já podemos falar também de um ato de julgar. (Husserl, 1970, p. 70 – grifo meu)

Por esta razão, a experiência dá oportunidade a uma infinidade de juízos possíveis que se faz devido à forma fundamental do objeto estruturada pela visada passiva e ativa da consciência²². Tais visadas

²⁰ Cf. Husserl, 1970: p. 95-96.

²¹É pela intuição que o sujeito abarca o horizonte de totalidade do objeto. E cabe ao sujeito optar pela continuação da apreensão ao reconhecer seu nível de complexidade.

²²São os vividos os operadores da constituição da objetividade visada no juízo, pois os vividos são determinantes dos objetos atingidos pela visada específica de um ato teórico. Os atos teóricos têm função de estruturação das objetividades enquanto pré-dados ou pré-constituídos. Tais atos teóricos, entendidos como atos categoriais, deixam de ser juízos ou

se dão na percepção onde a passividade/receptividade do dado é entendida como um âmbito primordial ao âmbito da atividade do próprio dado. Assim, distinguimos

[...] o termo ‘perceber’, por outro lado, o mero ter consciência dos fenômenos originais (que oferecem os objetos em sua corporeidade original). Nesta forma se apresenta frente aos olhos todo um campo de percepção – já em passividade pura. Por outro lado, há sob o termo ‘perceber’ a percepção ativa como *apreensão* ativa de objetos que se destacam no campo de percepção que se estende além deles. (Husserl, 1970, p. 93)

Por conseguinte, quando algo é visado na percepção, é visado como algo existente, como algo que é do mundo. Ora, isto equivale a dizer que o algo existe antes da visada e da *atenção*, pois “perceber é, com efeito, consciência da apreensão do objeto em sua presença, por assim dizer, *corpórea*”²³. Esse modo objetivo de visar algo é proporcionado pela origem da percepção que se opera na esfera da passividade da consciência, isto é, quando o eu ainda não está voltado para algo. Já a presença do objeto à consciência e o aspecto pelo qual ele é visado se pode entender pela dimensão da atividade da consciência diante da experiência antepredicativa. Com isso, pela visada ativa dirigida pela *atenção*, o eu dá-se ao objeto intencionado²⁴.

Assim, todo sentido e todo objeto têm como fundamento algum tipo de experiência antepredicativa, ou seja, alguma percepção que inicia primordialmente na dimensão passiva. Isso não quer dizer, entretanto, que na consciência perceptiva exista pura passividade. A percepção não é pura passividade, pois se fosse não haveria *atenção*. Por outro lado, a percepção também não será pura atividade, porque senão não haveria nada além do que está sendo visado agora. Na consciência perceptiva, portanto, há um âmbito de passividade que é pré-consciente e um âmbito de atividade que opera na constituição dos objetos. Como mostra Merleau-Ponty:

proposições atuais e, passando por uma redução eidética, adquirem a forma de apreensão na consciência.

²³ *Ibidem*, p. 96.

²⁴ Cf. *Ibidem*, §18, p. 94.

O milagre da consciência é fazer aparecer pela atenção fenômenos que restabelecem a unidade do objeto em uma dimensão nova, no momento em que eles a destroem. Assim, a atenção não é nem uma associação de imagens, nem o retorno a si de um pensamento já senhor de seus objetos, mas a constituição ativa de um objeto novo que explicita e tematiza aquilo que até então só se oferecera como horizonte indeterminado. [...] Esta passagem do indeterminado ao determinado, essa retomada, a cada instante, da sua própria história na unidade de um novo sentido, é o próprio pensamento. (Merleau-Ponty, 1972, 39)

Podemos dizer que todo o trabalho ativo da consciência em prol da cognição e do pensamento se estabelece na experiência antepredicativa, experiência que se desvela num terreno universal determinado como *mundo*. Ora, esse caráter se assenta numa crença passiva no *ser*, crença na existência do mundo que comporta os objetos existentes e seus atributos, crença na totalidade do mundo como âmbito de relações entre seus elementos e de contemplação dos mesmos. Husserl enfatiza que o aparecer dos fenômenos ocorre no mundo da experiência, enquanto “mundo vital”, ou seja, mundo no qual sempre vivemos²⁵. E sob esse horizonte que toda crença na experiência antepredicativa é confirmada pela *práxis*, conforme argumenta Husserl:

Tudo isso pressupõe já a consciência do mundo na certeza de crença. Se em meu campo de percepção capto em sua particularidade um objeto qualquer [...] apreendo algo que para mim existe, que para mim já existia antes, que já estava ‘aqui’ [...] ainda quando não havia dirigido minha atenção [...] um terreno de crença que se revelou como o do mundo e graças ao qual toda experiência é experiência no horizonte do mundo. (ibidem, p. 34-35 e 61)

O caminho feito da experiência predicativa à experiência antepredicativa é o caminho no qual redescobrimos o mundo vivido, o próprio mundo em que se sustenta o mundo da ciência. Husserl explica que o “dado já aí” é o próprio mundo entendido como aquilo que é pré-dado de forma universal e passiva a toda atividade do juízo. Este mundo, a saber, é o “mundo-da-vida” que engloba a

²⁵ Husserl, 1970, §10, p. 47-48.

experiência originária enquanto solo primordial do pensamento científico e filosófico.

Em termos husserlianos, o mundo,

Tal como está pré-dado enquanto terreno universal de todas as experiências individuais, quer dizer, como *mundo da experiência*, em forma imediata e prévia a todos os esforços lógicos. O retorno ao mundo da experiência é um *retrocesso ao “mundo vital”*, ou seja, ao mundo no qual sempre temos vivido e que oferece o terreno para toda função cognitiva e para toda determinação científica. (ibidem, p. 47-48)

Assim, a visada atenta do sujeito parece fazer com que a natureza, a cultura, a ciência sejam a explicitação de um sentido constituído pelo ego. Husserl diz que

Se trata, ao contrário, daquela subjetividade por cujas operações de sentido o mundo, tal como nos é pré-dado, quer dizer, *nosso* mundo, chegou a ser o que agora é para nós: a saber, não um mundo puro de experiência originária, senão um mundo com o sentido de mundo determinado e determinável com exatidão. (ibidem, p. 56)

Como ele argumenta,

Operações lógicas de sentido constituem somente uma parte do que contribui para a construção do nosso mundo da experiência. Pertencem a ela também as experiências práticas e afetivas, a experiência da volição, da valoração e da atividade manual [...]. E também pertencem a ela todos os resultados da experiência sensível sem os quais não se poderia constituir em absoluto um tempo do mundo e um espaço nem coisas espaciais, co-sujeitos, etc. (ibidem, p. 60-61)

O mundo-da-vida como mundo da experiência concreta. O retorno à origem do mundo-da-vida tem como significado a volta ao elemento subjetivo por onde, através do ato intencional, o mundo obtém sua forma atual. Portanto, trata-se de um retorno à subjetividade só que “no sentido mais radical do que jamais pode fazer a psicologia” (ibidem, p. 56), um retorno à subjetividade transcendental. Aqui, a interpretação da tarefa transcendental deve ser entendida como a volta à base de construções cognitivas que permitem ao sujeito uma

autorreflexão acerca de si mesmo e da própria vida como totalidade.

Partindo do mundo-da-vida é que Husserl pode chegar a descrever a presença do eu como autor da experiência que torna possível a elaboração e formulação de juízos. Observa ele:

Se quisermos, pois, retornar à uma *experiência em sentido último e originário que* buscamos somente se poderá tratar da *experiência originária do mundo vital, que todavia não sabe nada destas* idealizações, senão que constitui seu fundamento necessário. E este retorno ao mundo vital originário não é um retorno que aceite simplesmente o mundo de nossa experiência tal como ele nos é dado, mas persegue-se até sua origem a historicidade que já está sedimentada nele. (ibidem, p. 53)

Por essa razão, o mundo-da-vida pode ser descrito como o campo desde onde se dão nossas experiências. É o mundo de atuação do eu, de busca de substratos, por parte da ciência, para a aquisição de conhecimento e montagem de juízos predicativos a partir das experiências mais básicas desse mundo.

Este mundo é o painel de toda e qualquer atitude reflexiva que possamos ter; é o mundo daquilo que está prestes a começar a existir para a consciência, pois “há um mundo que é pré-dado, o mundo da cotidianidade” (Husserl, 1982, p. 290), no qual nos deparamos com aquilo que nos é dado e que pode ser apreendido perceptivamente. Que não se pode suspender a tese da existência do mundo fica claro a partir da introdução da ideia de corpo próprio (*Leib*), sendo que se trata de considerar indispensável o fenômeno que ativa a inerência do sujeito a um corpo localizado e, conseqüentemente, isso torna possível a evidência de objetos co-presentes ao corpo e a explicação do fenômeno originário de nossa abertura a estes objetos no mundo.

Num viés interpretativo a respeito da experiência antepredicativa, poder-se-ia assentir que todo pensamento objetivo e qualquer tentativa de especificá-lo inicia com a afirmação “Eu senti”. A proposição antes de ser composta representa uma abertura de possibilidades no horizonte do sujeito corporizado. Assim, tal afirmação só é cabível no sensível, que é o lugar onde a experiência do corpo é realizada, experiência dotada de percepções que conduzem a algo corpóreo:

A percepção enquanto pura percepção sensível se dirige à *mera corporeidade*, direta e simplesmente. Ela é enfrentada pela percepção do que se pode perceber somente mediante a inteligência da expressão, como sucede com a inteligência de uma ferramenta que desperta uma “recordação” que remete aos seres humanos que a fizeram para um fim determinado ou também para quem deve destinar-se; e logo, é a expressão imediata de um corpo físico enquanto corpo humano. Ambos os casos pressupõe uma percepção sensível do corpóreo em que se funda a expressão e, a partir daqui, o trânsito fazia uma reflexão. (Husserl, 1970, p. 64)

Embora Husserl documente, em *Experiência e Juízo*, que a experiência humana entendida enquanto experiência sensível pode fundar uma evidência apodítica através da visada perceptiva do dado, para Descartes, a única evidência seria o eu enquanto *cogito*. Isso significa que há uma distinção bem delimitada e rigorosa entre sensibilidade e entendimento, entre corpo e espírito, entre experiência sensível e ato intelectual. Assim, dicotomiza-se subjetividade e corporeidade, pois, criticando o pensamento cartesiano, o eu do mundo-da-vida entendido apenas como *res cogitans*, não é um eu encarnado que tem a possibilidade de passivamente ser afetado de forma corporal pelo dado, de realizar sínteses perceptivas do dado e de ativamente construir juízos a partir da estruturação dos atributos objetuais visados nas sínteses. Em razão, todavia, do subjetivismo cartesiano, se forma, segundo Husserl, um falso paralelismo entre experiência interna e experiência externa:

[...] a experiência que verdadeiramente leva o mundo-da-vida à datidade, por ser uma experiência que especialmente no modo originário da percepção apresenta as coisas meramente corpóreas não foi chamada de experiência psicológica, mas, pelo contrário, em contraposição a ela, foi definida como experiência externa. (Husserl, 2002, p. 242)

Toda experiência originariamente doadora acolhida pela percepção é chamada de experiência externa, cujas coisas do mundo exterior são entendidas como existentes corporalmente “na natureza espaço-temporal” (Husserl, 1970, p. 64).

Por conseguinte, é preciso avaliar o status fundante dessa experiência do mundo, juntamente com todos os acontecimentos particulares vinculados a ele. Que não seja exigida a averiguação de devaneios ou formas ilusórias de aparecimento dos eventos do mundo, mas, sim, que se faça necessária a investigação sobre a evidência da existência do mundo, para que se possa, partindo da experiência do mesmo, descrever de que maneira *é* o mundo.

Se o sujeito de experiência pode convencer-se, mesmo que numa atitude ficcional, que a não-existência do mundo atual aparece com clareza, então a experiência da aparição desse mundo se mostra contingente, pois, num viés epistêmico, não seriam constituídas verdades apodíticas do mundo tomado como existente. Isso, porém, apenas implica uma característica pressuposta da experiência externa, na qual infinitos sentidos se estendem a todos os aparecimentos das coisas do mundo. Assim,

[...] nosso mundo vital, cuja originalidade somente pode se estabelecer mediante a eliminação daquelas camadas de sentido, não é somente um mundo de funções lógicas, como já mencionamos, não é somente um âmbito em que os objetos estão pré-dados como possíveis substratos de juízo, como possíveis temas da atividade cognitiva, senão que é um mundo da experiência em sentido muito concreto que se associa cotidianamente à expressão “experiência”. E esse sentido cotidiano não se refere de nenhum modo somente à conduta cognitiva, senão, tomado em sua máxima generalidade, a um hábito, que proporciona ao que está previsto dele, ao experimentado, segurança no decidir e no obrar nas situações da vida. (Husserl, 1970, p. 60-61)

Artigo recebido em 27.01.2014, aprovado em 31.05.2014

Referências

HUSSERL, E. *Expérience et jugement*. Trad. Denise Souche-Dagues. Paris: PUF, 1970 (Épiméthée).

_____. *Ideias (I) Ideias para uma fenomenologia pura e para uma filosofia fenomenológica*. Trad. Márcio Suzuki. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2006.

_____. *Idées directrices pour une phénoménologie et une philosophie phénoménologique pures*. Livre second, Trad. E. Escoubas. Paris: PUF, 1982.

_____. *Investigações lógicas*: sexta investigação. Trad. por Zeljko Loparic e Andréa Maria Altino de Campos Loparic. 2a. ed., São Paulo: Abril Cultural, 1985. (Coleção Os Pensadores)

_____. *Meditações cartesianas – introdução à fenomenologia*. Tradução de Frank de Oliveira. São Paulo: Madras, 2001.

MERLEAU-PONTY, M. *A estrutura do comportamento*. Trad. Márcia Valéria Martins de Aguiar. Martins Fontes: São Paulo, 2006.

_____. *A prosa do mundo*. Trad. Celina Luz. Bloch Editores: Rio de Janeiro, 1974.

_____. *O filósofo e sua sombra*. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1984(1). pp. 239-260. (Col. Os Pensadores)

_____. *O olho e o espírito*. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1984(2). pp. 85-111. (Col. Os Pensadores)

_____. *O primado da percepção e suas consequências filosóficas*. Trad. Constança Marcondes César. Campinas: Papyrus, 1990.

_____. *Phénoménologie de la perception*. Paris: Gallimard, 1972.

_____. *O visível e o invisível*. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1984. (Col. Debates)

MOURA, C. A. R. *Racionalidade e crise*: estudos da História da Filosofia Moderna e Contemporânea. São Paulo: Discurso Editorial/Editora da UFPR, 2001.

MOUTINHO, L. D. S. *Razão e experiência* – ensaio sobre Merleau-Ponty. Rio de Janeiro: UNESP, 2006.

MÜLLER, M. J. *Merleau-Ponty*: acerca da expressão. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.